



DIA INTERNACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO

Semana de eventos marca ações do Sindicato no dia de prevenção às LER/Dort

O 28 de fevereiro é o Dia Internacional de Conscientização sobre LER/Dort, doenças que mais acometem a categoria bancária. Para marcar a data, o Sindicato realiza nesta semana, de 25 a 28, uma série de atividades nas dependências dos bancos com o objetivo de sensibilizar os bancários para a importância de uma melhor conscientização acerca do problema.

“Os eventos fazem parte do esforço contínuo do Sindicato em combater as doenças do trabalho e dar apoio aos lesionados”, adiantou o secretário de Saúde, Alexandre Severo. Pelas estatísticas interna-

cionais, estima-se que atualmente cerca de 20% dos trabalhadores estão lesionados, grande parte deles bancários.

De acordo com especialistas, isso é resultado das mudanças radicais por que passaram os trabalhadores do sistema financeiro nas duas últimas décadas e meia, período em que o número de bancários decresceu de cerca de um milhão para pouco mais de 400 mil. Apesar da introdução de novas tecnologias, a quantidade e o ritmo de trabalho aumentaram acentuadamente nos bancos, assim como a pressão por alcance de metas, o assédio moral e o estresse. Sem falar do descaso dos bancos no trato com o tema.

Cuide-se!



FATORES DE RISCO E PREVENÇÃO

Essas mudanças se refletem num ambiente de trabalho onde são exigidas tarefas repetitivas e monótonas, com a obrigação de manter ritmo acelerado de execução de tarefas, além do excesso de horas extras. Isso aliado a mobiliário e equipamentos que obrigam a adoção de posturas incorretas durante a jornada e a condições ambientais impróprias, como má iluminação, temperatura inadequada, ruídos e vibrações,

além de fatores psicossociais. Eis a mistura explosiva perfeita desencadeadora das Ler/DORT.

De acordo com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o custo para as empresas do acidente e das doenças ocupacionais é da ordem de R\$ 12,5 bilhões por ano, e, para o Brasil, é de R\$ 20 bilhões por ano. O valor envolve custos com aposentadoria, indenizações e tratamento médico.

“Os dados mostram que a

prevenção é realmente o melhor remédio. E é nesta linha que opera o Sindicato, sempre à frente dessa luta, atuando em campanhas de conscientização e prevenção sobre o problema. A prevenção das Ler/DORT é possível e depende também de você. Respeite seus limites e não permita exploração no trabalho. E lembre-se: qualquer problema, procure sempre o Sindicato”, orienta o secretário de Saúde, Alexandre Severo.



DIA INTERNACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO

Artigo
Ana Magnólia Mendes

Dimensões sociopsíquicas do adoecimento por Ler/Dorts: a abordagem da psicodinâmica do trabalho

As características da acumulação flexível do capital e da pós-modernidade têm comprometido enormemente a centralidade do trabalho e, por consequência, aumentado sensivelmente as ocorrências e diversificação do número de patologias, merecedoras de especial atenção, como as Ler/Dorts.

Parte-se da análise da organização do trabalho para entender como é produzido o adoecimento. São centrais, para essa análise, as estratégias de ação utilizadas pelos trabalhadores visando confrontar a organização do trabalho, responsável pelo modo como essas estratégias são construídas e desenvolvidas, à medida em que oferece ou não espaços para fala do sofrimento, para o reconhecimento e cooperação, favorecendo a saúde e/ou o surgimento de doenças como as Ler/Dorts.

O sofrimento antecede o acometimento por Ler/Dorts e é mobilizado pelos modos de organização do trabalho, principalmente no que se refere à auto-aceleração para execução das tarefas. A auto-aceleração dos movimentos, inicialmente, é utilizada pelos trabalhadores como uma estratégia de defesa para dar conta de executar as tarefas repetitivas, monótonas, sem sentido, sob pressão de tempo, levando o trabalhador ao entorpecimento do pensamento e dos sentimentos. Somado a essa auto-aceleração estão às pressões por produtividade e qualidade, a falta de autonomia, o relacionamento com colegas, chefes e clientes, as exigências de qualificação e competição e o aumento da cadência decorrente do medo das constantes ameaças de demissão.

A auto-aceleração reduz a capacidade de negociação e resistência dos trabalhadores. É responsável por manter a produção, mesmo que em prejuízo da saúde, sendo o fracasso dessa defesa a razão para a doença se instalar. Além disso, é uma estratégia valorizada pelos pares, chefes e clientes em razão de aumentar a produtividade pelo ritmo que impõe ao cumprimento das tarefas. Tal

valorização inviabiliza o reconhecimento no trabalho, implicando na manutenção dos padrões que geram o adoecimento.

O reconhecimento — que falta e é buscado — só acontece quando ocorre a admissão do próprio sofrimento e não a sua negação. A existência desse reconhecimento implica, por seu turno, a retribuição moral e simbólica às contribuições do trabalhador, à eficácia da produção e ao seu investimento físico, cognitivo e afetivo na organização do trabalho. Nessa perspectiva, a defesa contra o sofrimento negado — auto-aceleração — ocupa o gap ocasionado pela falta de reconhecimento, gerando assim a hipersolicitação osteomuscular.

Com isso, instala-se o adoecimento por Ler/Dorts e outro modo de sofrimento emerge agora, em função das limitações, da dor, e principalmente, pela necessidade de afastamento do trabalho. Para o adoecido é muito difícil enfrentar esse sofrimento e reestruturar sua vida. A doença o coloca em situação de vulnerabilidade. Ocorre um comprometimento das dimensões sociopsíquicas do trabalhador, dificultando seu reengajamento ao trabalho, à família e à sociedade. Nesse momento, os sentimentos são de tristeza, amargura, sensação de vazio, abandono, desamparo, solidão, mau-humor, irritação e dúvida sobre sua capacidade laborativa.

As relações sociais e familiares começam a ser seriamente afetadas. O adoecido passa a ter insensibilidade com o outro, conflitos nessas relações, comportamentos de agressividade, dificuldades com os amigos e impaciência com as pessoas em geral.

Ainda, precisa lutar para que a empresa, colegas de trabalho e profissionais de saúde reconheçam sua doença. As prescrições e orientações dos profissionais são muitas vezes ineficazes. Os adoecidos, na maior parte das vezes, vivenciam desamparo, desorientação e até se questionam se não estão loucos, já que o profissional com poder e reconhecimento legitimado pela sociedade desconhece ou não reconhece o adoecer. É uma relação permeada pelo medo,

desconfiança, confusão e insegurança. Nesse sentido, as Ler/Dorts exigem uma revisão da prática médica que se baseia prioritariamente em exames clínicos, em detrimento da fala do paciente.

Vivenciando todo esse sofrimento, não encontrando modos de enfrentá-lo e com a auto-imagem e as relações sociais deterioradas, instala-se paulatinamente a depressão. Quando isso ocorre, o trabalhador passa a ter intensa dificuldade em encontrar prazer na vida ou em qualquer atividade realizada; medo de agudização do quadro clínico, da inutilidade, podendo tornar-se inativo, inválido, com profunda vivência de inadequação e menor valia social, além de falta de perspectivas futuras. Teme-se, inclusive, que tal situação possa levar ao suicídio.

Essa depressão é consequência das inúmeras restrições que a doença impõe em relação às tarefas do cotidiano. O lesionado é desapropriado do seu estilo de vida, de sua maneira de ser e fazer as coisas. Passa a ter de reaprender as tarefas mais elementares de sua vida e viver com e em função da doença.

Em síntese, o afastamento por Ler/Dorts representa uma ruptura dramática no projeto de vida do trabalhador. A perda da capacidade de trabalhar bloqueia as possibilidades do trabalho ocupar lugar de identidade, estruturação psíquica e social. O adoecido tem medo da morte social. Ele precisa buscar estratégias para transformar essa realidade e resgatar o sentido do trabalho, devendo contar para tal com uma larga e sólida rede de apoio social.

Nesse sentido, propostas precisam ser construídas para dar suporte para que esses trabalhadores reorganizem suas vidas dentro dessa nova e cruel realidade. Para tal, é necessária uma atenção especial do Estado, dos gestores das empresas, dos profissionais das áreas de saúde e de RH, dos sindicatos e dos envolvidos no processo de reabilitação. Não esquecendo que a prevenção ainda é o caminho mais apropriado para evitar e/ou ressignificar o sofrimento e transformar a organização do trabalho patogênica.

Ana Magnólia Mendes é professora do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de Brasília (UnB)

DIA INTERNACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO

Sindicato abre novos grupos de apoio a vítimas de doenças ocupacionais

O Sindicato retoma no próximo dia 12 de março as atividades do grupo de apoio a bancários vítimas de doenças ocupacionais, com ênfase nas atingidas por LER/DORT. A Clínica do Trabalho, como é denominada a iniciativa, é uma parceria do Sindicato com o Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB). Os interessados em participar da Clínica devem entrar em contato com a Secretaria de Saúde do Sindicato pelo fone 3346-9090.

A reabertura das atividades será marcada pela apresentação do projeto Saúde Sentinela (leia abaixo), o novo

sistema de coleta de dados lançado pela Contraf/CUT e pelo Sindicato em janeiro como mais um instrumento do trabalhador bancário que vai reunir todas as informações sobre o tema e auxiliar a luta da categoria contra as péssimas condições de trabalho.

Parte do esforço do Sindicato em combater as doenças do trabalho e dar apoio aos lesionados, a Clínica do Trabalho foi instalada em setembro de 2006, sob orientação e supervisão de Ana Magnólia, professora do Instituto de Psicologia da UnB e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Saúde e Trabalho (Gepsat), da mesma universidade.



Projeto Sentinela

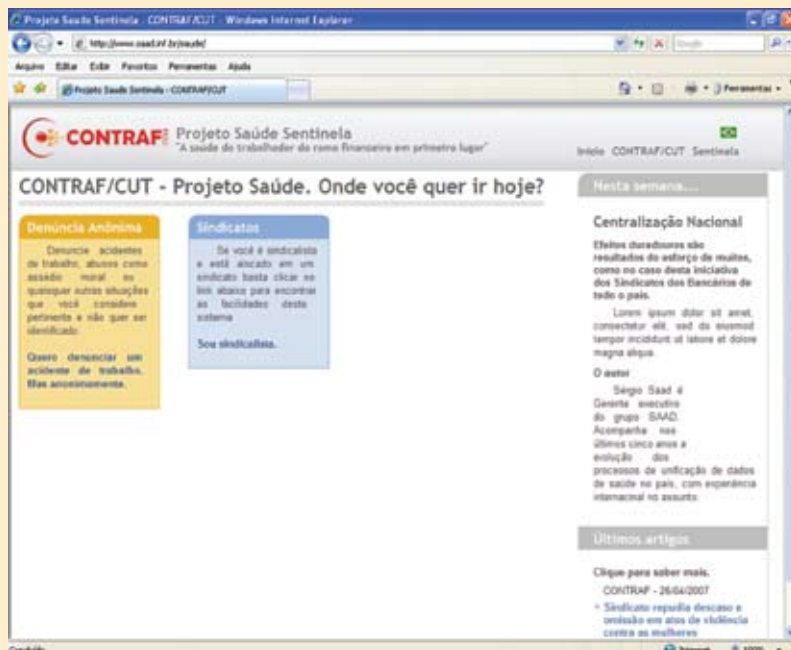
Banco de dados sobre saúde dos bancários está disponível

Está disponível no site do Sindicato (na parte à direita da página principal e no link Saúde, à esquerda) o novo sistema de compilação de dados sobre a saúde do trabalhador bancário que vai reunir todas as informações sobre o tema e auxiliar a luta da categoria contra as péssimas condições de trabalho. O Sindicato é um dos primeiros a implementar o programa – em caráter experimental – em todo o país. A Contraf/CUT concentrará as informações de todos os sindicatos filiados.

Com o novo canal, que permite a sistematização de estatísticas em âmbito nacional por meio da qual será possível a construção de um plano de ações, os bancários podem fazer

denúncias sobre assaltos a agências, assédio moral, comunicação sobre LER/Dort e conflitos no ambiente de trabalho, tudo de forma anônima. O projeto Saúde Sentinela, como é chamado, vai reunir ainda informações sobre todos os bancários acometidos por doenças ocupacionais, registros de CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) e uma biblioteca jurídica, com a legislação completa que trata da saúde do trabalhador, além de jurisprudências e pareceres do Ministério Público e outros.

Acesse
www.bancariosdf.com.br
e conheça o novo projeto.
Detalhes pelo número 3346-9090



DIA INTERNACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO

Artigo
Luís Antônio
Castagna Maia

INSS, Copes, Nexo Causal

O tema INSS nunca pode ser tratado sozinho. Insere-se nas discussões gerais relativas às prioridades do País, a seus gastos, investimentos, assistência social, retribuições.

Há alguns anos foi implantado a chamada Copes – Cobertura Previdenciária Estimada. Até então, em caso de auxílio-doença, o segurado realizava uma perícia a cada dois meses, em média. Na época, o INSS tinha um corpo imenso de peritos terceirizados. Esses peritos recebiam o equivalente ao que é pago pelos planos de saúde por consulta realizada. Algo em torno de 25 reais, um pouco mais, por consulta. Não havia qualquer motivo, portanto, para que as perícias fossem mal feitas.

Essa terceirização das perícias trazia vários problemas: o primeiro, uma “reserva de mercado” para os peritos do quadro do INSS já aposentados. Após, a possibilidade de compadrio na nomeação desses peritos, que não se submetiam a concurso. Por último, a possibilidade maior de fraude praticada por quem não era do quadro. A terceirização de perícias acabou, o INSS fez concurso para seleção de peritos. Esse concurso, no entanto, não supriu o número de peritos próprios necessário.

Nesse contexto adveio a Copes. Em vez de uma perícia a cada 60 dias, o perito poderia estender a licença por até 2 anos. Havia lógica nessa possibilidade: se o perito entende que o segurado não precisa realizar uma perícia antes de 6 meses, ou 1 ano, não havia porquê sobrecarregar a estrutura do INSS com perícias a cada 60 dias.

Em um primeiro momento, no entanto, houve um erro brutal: a alta médica passou a ser “pré-datada”. O perito atendia, concedia licença de 6 meses, por exemplo, e já concedia alta médica. Do ponto de vista médico, a providência era absurda. Não há como “adivinhar” que uma pessoa estará sã daqui a 6 meses, ou daqui a um ano, ou daqui a 2 anos. Era possível um PR – Pedido de Reconsideração, mas esse pedido não prolongava automaticamente o período de afastamento até que realizada a perícia de reconsideração. Houve pânico entre os segurados que estavam afastados do trabalho.

Em um momento seguinte, a partir, particularmente, de iniciativa da área de saúde da CONTRAF – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro, ao

qual o Sindicato dos Bancários de Brasília é filiado, houve modificação nessa sistemática. Foi criado o PP – Pedido de Prorrogação. Próximo ao final do período de auxílio doença, seria possível pedir a prorrogação do benefício. A modificação, no entanto, não resolveu o problema.

Há dois problemas básicos, hoje: frequentemente a perícia do Pedido de Prorrogação não é realizada em tempo. Significa dizer: o segurado está sem auxílio doença, sem salário, aguardando a realização de uma perícia médica. Esse hiato de tempo é problemático.

Há outro problema, no entanto: parte significativa dos segurados, sua grande maioria, sequer conhece a possibilidade de formular o Pedido de Prorrogação. Voltam a trabalhar doentes porque desconhecem a possibilidade de pedir a prorrogação do benefício. E a volta doente ao trabalho é um passo em direção à aposentadoria por invalidez. Significa: aumentam os gastos do INSS no momento seguinte.

Sintetizando: o Pedido de Prorrogação deve ser formulado nos 15 dias que antecedem a data da alta médica, ou seja, a data final do benefício. Como saber qual a data final? 48 horas após sua perícia médica o INSS disponibiliza a CREM – Comunicação de Resultado de Exame Médico. Naquele documento consta a data da alta médica prevista. E se o benefício não for concedido? Nesse caso, não cabe pedir prorrogação de um benefício não concedido. Cabe o Pedido de Reconsideração direto. Isso levará à realização de nova perícia.

O sistema Copes é falho. É preciso que seja aprimorado, que em hipótese alguma se admita alta médica sem uma perícia ao final do período. Esse tema interessa aos segurados, interessa também ao

Conselho Federal de Medicina. O perito médico não é um paranormal com capacidade de adivinhar, com 6 meses de antecedência, a evolução do seu paciente.

Outro aspecto importante a considerar é a frequente negativa de reconhecimento do nexos causal. Também aí houve avanços: a rigor, hoje, por força de Decreto do Presidente da República, há uma tabela contendo patologias e atividades desenvolvidas. Se a patologia acomete alguém cuja profissão é tipicamente geradora de determinadas doenças, o nexos causal deve ser reconhecido de

DIA INTERNACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO



imediatamente. Para confirmar se o nexo causal foi reconhecido, no caso de auxílio-doença, basta olhar o número do benefício: se for 31, não foi reconhecido; se for 91, tem-se o reconhecimento do nexo causal.

O problema é que em boa parte dos casos os peritos não estão aplicando o Decreto. Não fazem o reconhecimento do nexo causal com base na tabela constante do Decreto. Já há vários prejuízos ao trabalhador: durante o período de afastamento não há depósito do FGTS; o plano de saúde, na maioria dos casos, tem cobertura menor; e não há a estabilidade acidentária de 12 meses após o retorno ao trabalho. Ou seja, as consequências são muito grandes, sempre em prejuízo do trabalhador.

A negativa de reconhecimento do nexo causal, quando efetivamente presente, reverte contra o próprio INSS: se reconhece que as condições de trabalho deram causa à doença, poderá indagar quanto à existência de culpa do empregador. Se houver culpa do empregador, o INSS poderá ingressar com ações regressivas e buscar se ressarcir dos gastos que teve com a licença ou auxílio. Se não reconhece sequer o nexo causal – e se o nexo efetivamente existe – significa que o INSS está anistando, previamente, o empregador quanto a futuras demandas.

É preciso frisar: o INSS é um patrimônio do povo brasileiro. Centenas de cidades do Brasil dependem exclusivamente das aposentadorias do INSS para movimentar sua economia. Há uma tentativa sempre presente, sempre nas entrelinhas, de desmoralizar o INSS para que a cantilena da privatização retorne. Se privatizado for, o atendimento será igual ao que você tem hoje da sua companhia de celular. Ligará, disará 1 para segurados, disará novamente 1 para benefícios, 3 para auxílio doença, 4 para acidente de trabalho, e a linha cairá. É assim na telefonia celular, não há porque ser diferente em um INSS privatizado.

INSS não é para dar lucro. É seguridade social, deve ser administrado pelo Estado. Essa administração, no entanto, deve ser feita de forma compartilhada, transparente. Daí a necessidade de criação de COMITÊS DE USUÁRIOS. Esses comitês reuniram sindicatos, centrais sindicais, representantes dos segurados, autoridades locais do INSS: chefe da perícia, chefe da reabilitação pro-

fissional, superintendente local. A cada reunião mensal seriam lavradas atas sintéticas que iriam diretamente para a mesa do Ministro da Previdência Social. É o início de um processo de transparência, de gestão compartilhada daquilo que é patrimônio de todos.

Por último, voltemos à questão do Orçamento. Frequentemente há notícias de que o INSS é deficitário. Não é. O INSS foi criado para sobreviver com 3 fontes de financiamento: contribuição do empregado, do empregador e recursos do Orçamento da Seguridade Social. Quando é feito o cálculo do “déficit”, não são levados em conta os recursos do Orçamento da Seguridade Social. É como dizer: “você deve viver do seu salário fixo, mais anuênio, mais gratificação. E alguém diz: você não consegue sobreviver só de salário fixo mais anuênio. É, portanto, um péssimo administrador das finanças pessoais”. Qualquer coisa entra em déficit se não forem computadas todas as fontes de receita.

Por que esse discurso sobre déficit do INSS? Por dois motivos. O primeiro, a permanente pregação da privatização da previdência social. O segundo, porque há uma queixa generalizada contra todos os ditos “gastos” do governo, exceto um. A imprensa fala que se gasta muito com funcionários públicos, muito com o bolsa-família etc. Mas não fala dos gastos absurdos com os juros da dívida interna. Ao ano o Brasil paga cerca de 150 bilhões de reais de juros da dívida interna. O bolsa família consome apenas 10 bilhões. O supercalculado e inexistente déficit do INSS mal chega, segundo os cálculos manipulados, a 20 bilhões. E o País é drenado anualmente em 150 bi de juros destinados aos bancos.

Em outras palavras, sofre a população, sofre o funcionalismo público, sofre a saúde, a segurança, a educação. E isso porque há um dreno permanente de recursos – os 150 bilhões de juros pagos aos bancos, anualmente, em virtude de taxas de juros absurdas mantidas pelo Banco Central.

A questão do INSS, portanto, diz respeito não só à seguridade, ou a auxílio-doença. Diz respeito a uma concepção de País: quais as nossas prioridades? Segundo o Banco Central, a prioridade é pagar juros bilionários aos bancos.

Para a discussão dessas questões, acesse www.cast-agnamaia.com.br. Há um blog específico para tratar de acidentes de trabalho.

Responsabilidade socioambiental de bancos está abaixo do divulgado

Avaliação realizada pelo Idec demonstra que o consumidor ainda passa por problemas básicos junto aos bancos, como a não entrega de contrato e o não acompanhamento de suas reclamações

Em sua terceira pesquisa sobre responsabilidade social de empresas - as outras duas foram sobre camisetas de algodão e margarinas e achocolatados -, o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) avaliou o discurso dos oito maiores bancos de atuação nacional (com mais de 1 milhão de clientes, exceto os estaduais) e o resultado não surpreendeu: os melhores colocados (ABN Amro Real e Bradesco) obtiveram apenas a classificação “regular”; os piores (Santander e Unibanco) ficaram pouco acima da pior classificação, “péssimo”, no limiar da nota “ruim”; já no bloco intermediário, na faixa “ruim”, estão, pela ordem, Itaú, Banco do Brasil, Caixa Econômica e HSBC.

Apesar de estar presente na propaganda e até em produtos do setor financeiro, a parte decisiva onde a responsabilidade social é realmente exercida, na relação com os consumidores, continua mal.

O estudo (disponível em www.bancariosdf.com.br), com 69

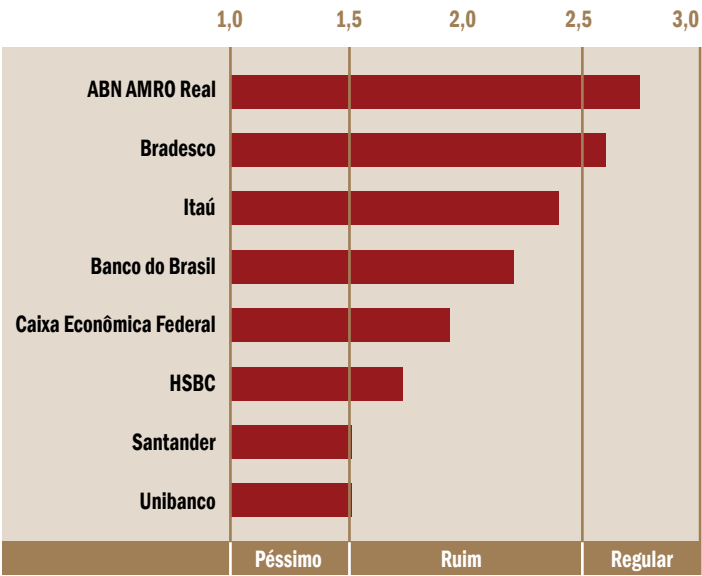
questões, avalia também a atuação dos bancos em relação aos trabalhadores e ao meio ambiente. Juntamente com o bloco de questões Consumidores (que representou 40% da nota final), Trabalhadores e Meio Ambiente (com 30% da nota cada) compuseram as notas utilizadas na pontuação.

Se considerada a pontuação por cada bloco de questões, os resultados são os seguintes: no primeiro bloco, Trabalhadores, o mais bem avaliado foi o Itaú, enquanto o pior foi o Unibanco; já no bloco Meio Ambiente, a melhor colocação ficou com o ABN Amro, e a pior, com o Santander; no bloco Consumidores, cuja avaliação também se baseou em resultados de cinco pesquisas de campo, já publicadas na Revista do Idec ao longo de 2007, o melhor colocado foi o Banco do Brasil, e os piores, Unibanco, Santander, HSBC e Itaú.

O estudo, exceto na parte referente aos Consumidores, se baseou na resposta das próprias instituições, de modo que não cabem críticas dos bancos às suas notas finais, alegando que o Idec não considerou tais políticas ou produtos e serviços.

Por ser a primeira pesquisa do Idec sobre o tema junto ao setor fi-

Avaliação de responsabilidade social dos bancos - final



nanceiro, é possível prever que os critérios para as próximas avaliações serão ainda mais rígidos.

Para desenvolver o estudo, o Idec contou com a colaboração de algumas instituições parceiras, como Amigos da Terra, Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/

CUT), Dieese, Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), Centro de Pesquisa de Empresas Multinacionais da Holanda (SOMO), entre outras. Para a próxima avaliação, o Idec pretende desenvolver um trabalho ainda mais sistematizado com essas instituições.

Avaliação comparativa dos bancos, por critérios do estudo

	Trabalhadores 30%					Meio Ambiente 30%			Consumidores 40% 100%				
	Liberdade e negociação sindical	Código de Ética e Conduta	Direitos e benefícios para trabalhadores diretos e indiretos	Diversidade e inclusão social	Parcial	Políticas de meio ambiente e consumo sustentável	Crítérios socioambientais na concessão de crédito	Parcial	Relação banco/consumidores	Produtos e serviços	Concessão de crédito	Parcial	Avaliação Final
ABN AMRO Real	3	3	3	3	3,00	4	3	3,50	2	2	2	2,00	2,75
Bradesco	3	4	3	2	3,00	3	3	3,00	2	2	2	2,00	2,60
Itaú	4	2	4	3	3,25	3	3	3,00	2	1	1	1,33	2,41
Banco do Brasil	3	2	2	2	2,25	2	2	2,00	3	2	2	2,33	2,21
Caixa Econômica Federal	3	2	2	2	2,25	2	1	1,50	2	3	1	2,00	1,93
HSBC	2	2	2	2	2,00	2	2	2,00	2	1	1	1,33	1,73
Santander	3	3	2	1	2,25	1	1	1,00	1	2	1	1,33	1,51
Unibanco	2	2	2	1	1,75	1	2	1,50	1	1	2	1,33	1,51

No marco dos 200 anos, BB demonstra descaso com funcionalismo

A Comissão de Negociação dos funcionários e o BB retomaram na quinta-feira, dia 21, as negociações da mesa permanente. Na agenda, além de tratar da incorporação do BESC, da reestruturação das URRs, de Plano de Cargos, Comissões e Salários, Vale Transporte, SESMT, Previ, Cassi, Participação nos Lucros – PLR foi questionada a tão propalada Responsabilidade Social.

“A propaganda do Banco do Brasil na televisão sobre os 200 anos da instituição é maravilhosa e não lembra nem de longe a realidade vivida pelos bancários e clientes nas agências. O banco não aprendeu nada de gestão de pessoal em dois séculos! As péssimas condições de trabalho, o total desrespeito com os funcionários e clientes, tudo isso é uma vergonha para um banco público que jura ter responsabilidade social”, ressalta Marcel Barros, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, da Contraf-CUT.

Plano de Carreira

Para solucionar parte dos problemas causados com o “pacote de maldades”, os representantes dos bancários solicitaram a reabertura do processo de negociação sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS).

“Muitos problemas - como as substituições não remuneradas, o assédio moral e o desvio de função - poderiam ser resolvidos por meio de um novo PCCS. Mas a diretoria do banco vive num faz-de-conta e finge que não há problemas nas agências. Ao negar discutir o PCCS, a diretoria assume uma postura muito ruim, o que nos leva a aumentar a pressão sobre o Banco do Brasil”, afirma Marcel.

Os bancários também cobraram uma solução para as fraudes nos acessos aos terminais de trabalho. Muitos funcionários encerram seu expediente, mas continuam trabalhando com a senha dos gestores. “O banco alegou que tem um sistema chamado ICR (Indicador de Chave de

Risco), com o qual monitora a abertura dos terminais. Ora, se o banco tem controle sobre os acessos, isso significa que a diretoria está tolerando a fraude. Por isso, exigimos um auditor sindical para acompanhar esta questão”, explica o dirigente.

Previ e Cassi

A Contraf-CUT também cobrou a imediata reabertura das negociações sobre a Previ e sobre a Cassi. “Queremos discutir a melhora de benefícios com o superávit da Previ e também a implantação do plano odontológico da Cassi, que já tem condições de atender esta reivindicação, já que apresentou superávit em 2007”, conta Marcel.

SESMT

O não cumprimento por parte do BB da Norma Regulamentar 4 (NR 4), que dimensiona o Sesmt (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho), coloca em risco a integridade física e a vida dos funcionários do banco, contudo a direção do banco continua a desrespeitar a legislação e a saúde do trabalhador sem nenhuma vergonha. A solução parece ainda estar longe de ser vista, pois os representantes do banco ainda desconhecem essa pauta.

Participação nos Lucros

Os sindicatos solicitaram que o banco pague a segunda parcela da PLR, já negociada na campanha salarial de 2007, na mesma data em que forem creditados os acionistas.

Reestruturação da URR

Sobre a reestruturação das Unidades de Regionais de Reestruturação de Ativos - URRs, os bancários cobraram uma solução para os funcionários excedentes e o BB afirmou que a Gepes e Dired vão garantir que todas as pessoas realocadas

sejam lotadas de preferência na mesma cidade e que tenham prioridade na concorrência a comissões.

Responsabilidade Social

Os bancários ainda reivindicaram maior proteção à maternidade, com ampliação da licença-maternidade e do período de amamentação. A reivindicação vem no sentido contrário do que se vê em diversas dependências do banco onde se exige que a lactante faça horas-extras e que muitas mulheres podem ser preteridas no comissionamento em virtude de se ausentar e não ter nenhum substituto para cumprir suas funções.

Besc

A contraf-CUT entregou para a direção do BB um documento com as reivindicações específicas dos bancários do Besc e solicitou a abertura de negociações para discutir a incorporação dos funcionários, reivindicação aceita pelo BB, que ficou de apresentar um calendário para as discussões.

PAA e CCP

Foi solicitado ao banco que acelere a resolução de diversos processos de conciliação que estão encalhados a mais de 6 meses, sem solução (deferimento ou indeferimento dos direitos apresentados pelos trabalhadores), pois muitos funcionários tem interesse de negociar efetivamente um acordo e não discutir apenas o padrão de acordo estabelecido pelo banco que não tem relação com seus direitos.

Sobre o PAA, foi apresentada denúncia sobre a postura equivocada do banco de fazer débitos retroativos e revisão do complemento salarial, em razão de recalcúlo sobre o adicional de complemento de benefício negociado com a Previ, o banco ficou de estudar a matéria.

O Sindicato realizou nos dias 15, 16 e 17 seminário de planejamento para definir o programa de trabalho que visa orientar as ações da entidade até 2010. Um dos objetivos é aperfeiçoar a estrutura política e administrativa do Sindicato, fortalecendo ainda mais a relação entre a entidade, a categoria e a sociedade.

“Com o seminário, integramos ainda mais a diretoria nas ações em defesa do bancário sindicalizado com um trabalho mais organizado e mais efetivo, ampliando a ação política de seus representantes no Sindicato”, argumenta o presidente da entidade, Rodrigo Britto.

O especialista em planejamento estratégico sindical Nelson Brum Motta coordenou os trabalhos, que contou com palestra sobre conjuntura política, econômica e sindical ministrada pelo também especialista Luiz Alves Azevedo. Após a definição das linhas estratégicas, foram criados grupos responsáveis pelo estabelecimento dos planos de ação, a serem apresentadas até março.

As ações incluem o reforço da campanha em defesa do BRB público e a deflagração de campanha pelo fortalecimento da representação da categoria, o que envolve o incremento do número de sindicalizados.

O plano também prevê mudanças na estratégia de comunicação e na ampliação da quantidade de eventos culturais. Além disso, pretende consolidar a política de saúde e de formação sindical, e fortalecer a organização no local de trabalho - OLT.

Sindicato realiza seminário e define ações de trabalho



Fenae contesta insistência da Caixa em vincular tabela do PCS ao REG/Replan

Na última segunda-feira, dia 18 de fevereiro, a direção da Caixa Econômica Federal divulgou circular interna reabrindo o processo de adesão dos ocupantes de cargos da carreira profissional à tabela salarial do Plano de Cargos e Salários (PCS) de 1998, criada em novembro de 2006. Na CI a empresa, mais uma vez, volta à carga com atitudes descabidas e arbitrárias ao insistir em vincular essa opção ao REG/Replan saldado e ao Novo Plano da Funcef.

Os termos do documento da Caixa são contestados pela Diretoria da Fenae, que considera inaceitável a empresa exigir dos empregados da carreira profissional que a opção pela estrutura salarial do PCS seja

precedida da adesão ao saldamento do REG/Replan e ao Novo Plano. A Fenae deixa claro que não admite a imposição de regras e condições para os empregados aderirem ou não à tabela do PCS. Considera essa obrigatoriedade ilegal e absurda e reafirma que os trabalhadores não podem ser prejudicados por qualquer opção que venham a fazer.

As propostas do REG/Replan saldado e Novo Plano foram construídas pelo esforço conjugado entre a Caixa, a Funcef e os participantes ativos e aposentados, consumindo semanas, dias e horas de muito trabalho. Tanto o saldamento do REG/Replan quanto o Novo Plano visam oferecer aos associados da fundação

as alternativas adequadas para um futuro decente, não podendo sob hipótese alguma servir de instrumento de imposição da Caixa.

A Fenae também protesta contra eventuais retaliações da Caixa aos empregados que impetraram ações na Justiça pelo reconhecimento de seus direitos. Na CI divulgada esta semana a empresa exige ainda que a opção pela nova estrutura salarial do PCS seja precedida da desistência das ações judiciais propostas contra a instituição. Exigir do trabalhador renúncia de direitos é uma postura ilegal, pois a Constituição do país oferece a qualquer cidadão o direito de recorrer à Justiça em todos os momentos em que achar conveniente.

A atitude da empresa é contestada ainda pelas entidades sindicais do país, notadamente porque o conteúdo da mais recente CI não contempla as reivindicações dos empregados e ainda tem a capacidade de atrapalhar o processo de negociações com as entidades representativas.

Fenae cobra, por fim, que qualquer proposta relacionada ao PCS seja debatida com os representantes nacionais dos empregados em mesas permanentes de negociações. Conclama ainda os trabalhadores da empresa a se mobilizarem em todo o país, buscando pressionar a Caixa a construir um Plano de Cargos e Salários compatível com a realidade de todos os segmentos.

Privados

Itaú: Previdência, saúde e PCS são prioridades da COE

Ocorreu nos dias 19 e 20 de fevereiro, em Atibaia-SP, o Seminário de Planejamento 2008 da Comissão de Organização de Empregados do Itaú da Contraf-CUT (COE Itaú). O encontro definiu os temas prioritários para as discussões com o banco durante o ano. Além dos membros da COE, participaram também os membros da Comissão de Acompanhamento do Plano de Saúde (CAPS) e os conselheiros eleitos do plano de saúde e da previdência complementar (PAC).

As discussões definiram quatro prioridades para o próximo período, que deverão nortear a ação dos sindicalistas. O primeiro tópico é a contratação do ramo, buscando ampliar a proteção dos trabalhadores. “Existem hoje muitos trabalhadores que não são bancários e precisamos melhorar suas condições de trabalho”, explica Louraci Morais, suplente da COE e funcionária do banco.

Outro ponto prioritário é a criação de um novo plano de previdência no banco, uma vez que os planos existentes (PAC e PGBL) não são considerados satisfatórios. Entre as características entendidas como necessárias ao novo plano, estão o estabelecimento de um benefício mínimo, que garanta aos aposentados o mesmo nível de remuneração da ativa, a possibilidade de concessão de pensão e uma discussão a respeito dos empréstimos em condições especiais.

Outra questão importante será a saúde dos trabalhadores, cada vez mais ameaçada no Itaú. O modelo de gestão do Itaú, que tem servido de modelo para outros bancos, trabalha com muita pressão sobre os trabalhadores, o que acaba prejudicando sua saúde. “Trata-se de um problema antigo, que precisa ser enfrentado”, afirma Louraci.

O quarto ponto é a discussão de um novo plano de cargos e salários. Agora, a COE fará uma reunião para construir um plano de ação em torno destes pontos. “Essas diretrizes estão de acordo com as definições do planejamento geral da Contraf, especialmente no que diz respeito à preocupação com a contratação de outras categorias do ramo financeiro. A representação destes trabalhadores é uma responsabilidade da Contraf”, explica a diretora do Sindicato. Uma negociação será agendada o quanto antes para tratar destes temas com o banco.



Auxílio-educação: Bancários definem estratégias para pressionar o Bradesco

Os bancários do Bradesco definem ainda este mês os primeiros passos para a campanha pelo auxílio-educação. A Comissão de Organização dos Empregados (COE) quer discutir a melhor forma de mobilização para pressionar o banco a conceder o benefício aos seus trabalhadores. Atualmente, o Bradesco é o único entre os oito maiores bancos que atuam no país que não paga bolsa de estudos para seus funcionários.

Na última rodada de negociações, realizada no dia 28 de janeiro, o Bradesco mais uma vez frustrou seus empregados e se negou a pagar o auxílio-educação. “No mesmo dia em que o banco mais uma vez negou nossa reivindicação, o Bradesco divulgou seu balanço de 2007 com um lucro recorde de R\$ 8 bilhões, 58,8% a mais que em 2006. Como uma empresa que lucra R\$ 8 bi se nega a pagar uma ajuda de custo para seus funcionários estudarem? Investir no trabalhador é investir na própria empresa, mas ao negar isso, o Bradesco mostra que seu único interesse é ganhar dinheiro sacrificando seus empregados”, destaca Vagner Freitas, presidente da Contraf-CUT e funcionário do banco.

Vagner afirma que a Contraf-CUT vai investir pesado na mobilização dos

bancários neste primeiro semestre para arrancar o auxílio-educação no Bradesco. “Não podemos aceitar que o maior banco privado do país seja o único que não oferecer bolsas de estudo aos seus empregados. Na próxima semana, a COE vai definir os primeiros passos para intensificarmos a Campanha pela Valorização dos Funcionários do Bradesco. Todos os sindicatos da Contraf-CUT devem esquentar a mobilização, com visitas constantes às agências para discutir a situação com os bancários”, ressalta Vagner.

“O auxílio-educação é uma antiga reivindicação dos bancários e nos últimos anos intensificamos a campanha pelo benefício, o que nos levou à vitória em praticamente todos os bancos. Só no ano passado, conquistamos as bolsas de estudo no Itaú, Santander e no Unibanco. ABN, HSBC, Safra, Banco do Brasil e Caixa Federal já pagavam o benefício. Agora só falta o Bradesco e vamos concentrar nossas forças neste primeiro semestre para arrancarmos mais esta conquista”, comenta Carlindo Dias, o Abelha, secretário de Organização do Ramo Financeiro da Contraf-CUT.

Bancários e HSBC retomam as negociações

A Contraf-CUT, representante dos sindicatos, e o HSBC retomaram na sexta-feira, dia 22, as negociações da mesa permanente, que visam resolver as questões específicas dos bancários da empresa. Entre os temas em pauta estava a Revisão do Modelo Operacional (RMO). A Contraf-CUT cobrou soluções para os problemas tecnológicos e de falta de pessoal, que estão gerando a extrapolação da jornada e insegurança para o funcionário que sai mais tarde. Segundo a direção do banco, a RMO não apresenta mais esses problemas, mas o movimento sindical vai continuar acompanhando de perto a situação.

Outro tema cobrado pelos bancários foi a mudança na avaliação do funcionário pelo CDP (avaliação individual). O banco afirmou que as mudanças com relação à curva do CDP não impactarão na remuneração do funcionário. Os representantes do HSBC também disseram que o banco tem a preocupação de enquadrar o Brasil nas normas internacionais da empresa.

“O movimento sindical lembrou ao banco do erro no pagamento do PPR de 2001, quando a direção afirmava que creditaria a segunda parcela e o funcionário ficou a ver navios, tendo em contrapartida R\$ 100 para jantar com a família. Realizaremos reunião no dia 19 de março com a comissão do PPR e vamos pedir que o banco abra os números do pagamento referente a 2008. Queremos saber quantos e quais valores cada funcionário receberá para avaliarmos se o pagamento foi feito como o banco afirmou, sem prejuízos ao bancário”, conta Sérgio Siqueira, diretor da Contraf-CUT e funcionário do HSBC.

Plano odontológico

A diretora de RH Remuneração do HSBC, Vera Saicali, afirmou que o processo para melhoria do plano odontológico possui um calendário, onde em abril os funcionários poderão optar entre duas empresas como é feito no plano de saúde (Sulamérica/Unimed). Ela garantiu que o processo estará plenamente concretizado no segundo semestre deste ano.

“O movimento sindical discutirá o custo benefício desses planos com o banco antes de implementá-lo. Também agendamos as datas para continuidade das discussões sobre os grupos de trabalhos de segurança, em 18 de março, e PCS (plano de cargos e salários), ainda a confirmar”, explica Paulo Rogério, coordenador da Comissão de Organização dos Empregados do HSBC.

Bolsa educacional

A Contraf-CUT cobrou um aumento no valor reembolsado pelo banco para as bolsas de estudo. Atualmente, o banco paga até R\$ 292,50. Os bancários também querem a revisão nos critérios de concessão, além de benefício para compra de livros.

Revista pessoal

O banco soltou um comunicado informando que haveria revistas pessoais nos funcionários quando eles se ausentassem da agência portando qualquer tipo de volume. O movimento sindical posicionou-se radicalmente contra e ameaçou promover paralisações de agências. O HSBC reconheceu que foi uma estratégia equivocada e suspendeu a orientação.

Bancos terão de comunicar aumento de tarifas com antecedência

Os consumidores bancários terão que ser avisados do aumento de tarifas com antecedência prévia de 30 dias. É o que determina circular redigida pelo Banco Central. Essa nova regra faz parte do pacote de medidas anunciada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no final do ano passado.

A nova regulamentação terá validade a partir do dia 30 de abril. Dentre as novidades está a um pacote de padronização de valores das tarifas básicas que as instituições financeiras podem cobrar de clientes - pessoas físicas - e o corte de mais de 50 para 20 tipos de cobranças.

Os nomes dos serviços também serão padronizados, para garantir aos clientes a comparação de valores de um banco para o outro.

Shows, atos e debates marcam as comemorações da 'Semana da Mulher'

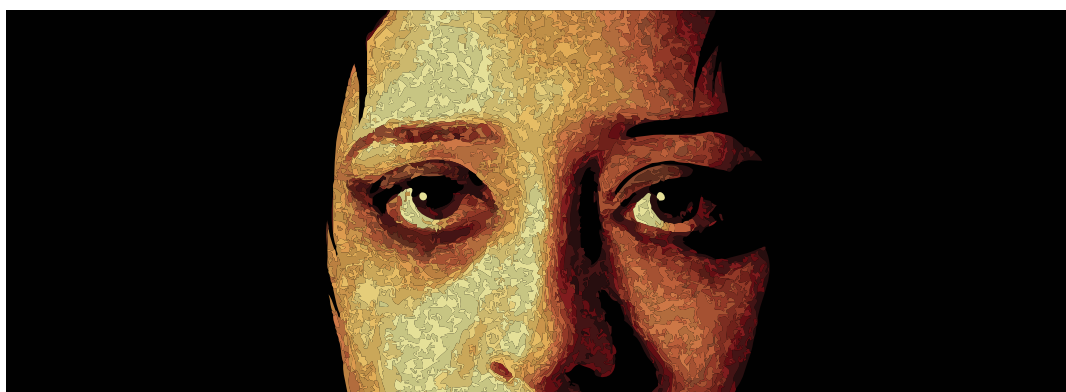
Não um, mas sete dias de shows, atos e debates marcam a extensa programação preparada pela CUT/DF, em parceria com o Sindicato, para as comemorações do Dia Internacional da Mulher (8 de março) em Brasília e no Entorno, que este ano tem como tema "Mulher trabalhadora: uma história de luta pela igualdade". As atividades terão início no próximo sábado, dia 1º, com a realização de aula inaugural da 4ª turma de Promotoras Legais Populares, na Ceilândia Norte.

Discussão de temas atuais, como a polêmica em torno da legalização do aborto, por exemplo, darão o tom do evento, que vai contar com a presença de personalidades de reconhecido histórico de militância em prol da causa das mulheres, como a ministra do Turismo, Marta Suplicy, e a cantora Leci Brandão. Confira ao lado a programação completa. "Este será um grande momento para avaliar nossas ações pela igualdade de gênero, pelo respeito aos direitos da mulher, em busca de avanços e conquistas", adianta o secretário de Política Sindical do Sindicato, Saulo Rodrigues dos Santos.

Cineclube Bancário especial

Parte da programação da Semana da Mulher, o Cineclube Bancário vai trazer uma programação especial para o mês da mulher. Serão três atrações sobre a temática feminina, a serem exibidas a partir do dia 10 de março, sempre às segundas-feiras, às 20h, no Teatro dos Bancários (EQS 314/315 – Asa Sul).

Mais informações no site da CUT/DF (www.cutdf.org.br) ou pelos telefones 3225-9374 ou 3346-9090 (Sindicato).



1 de março - sábado

Aula inaugural da 4ª turma de Promotoras Legais Populares (PLP)

Local: Núcleo Prática Jurídica/UnB - Ceilândia Norte CNN 01, bloco E, sobreloja

Horário: 9h30

2 de março - domingo

Ato-Show com Nice dos Santos e artistas da cidade

Local: Feira - Planaltina de Goiás

Horário: das 10h às 13h

3 de março - segunda-feira

Debate e Exposição de fotos

Tema: Legalização do aborto no Brasil: perspectivas e desafios

Debatedores:

Deputada Federal Cida Diogo (PT/RJ) – Representando a Comissão de Seguridade Social e Família

Sarah de Roure

Marcha Mundial de Mulheres - Representante do CFEMEA

Local: Auditório da CUT

Horário: 19h30

5 de março - quarta-feira

Debate: As Mulheres e os desafios para a igualdade

Local: Teatro dos Bancários (EQS 314/315 bloco A)

Mediadora:

Rejane Pitanga (Presidenta da CUT/DF)

Debatedores:

Emília Fernandes (Fórum de Mulheres do Mercosul – Capítulo Brasil), Marta Suplicy (Ministra do Turismo), Leci Brandão

(Cantora),

Sérgio Mamberti

(Secretário de Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura) e

Carmem Helena Ferreira Foro

(Vice-presidente da CUT Nacional)

Horário: 19h30

7 de março - sexta-feira

Sessão Solene em homenagem ao dia da mulher

Local: Plenário da Câmara Legislativa/DF (SAIN Parque Rural)

Horário: 9h30

Ato-Show

Local: Espaço do Servidor - SIND-SEP/DF (SBS qd. 01 Ed. Seguradoras 16º andar)

Horário: a partir das 12h

Ato-Show com Célia Rabelo, Gisele D'Sousa, Marinho Lima, Beto Sampaio e apresentação de poema de Bertold Brecht – MARIA FARRAR por

Elisete Teixeira

Local: Bar do Kareka – Praça da CNF – Taguatinga Norte

Horário: 21h

8 de março - sábado

Ato-Show com Isa Berg, Verso e Rimas e artistas da cidade

Local: Praça Central – Valparaíso I GO

Horário: 10h às 13h

Lançamento do Jornal SINPRO Mulher

Local: Sede do SINPRO-DF (SIG quadra 6 lote 2260/2270)

Horário: 19h

9 de março - Domingo

Ato-Show – Gilson e Ronaldo Alencar, Nanci e Wellington Rios e Grupo 2 Timbres

Local: Feira – Ceilândia Centro

Horário: 10h às 13h

Cineclube Bancário Especial

Dia da Mulher

Local: Teatro dos Bancários

Horário: 20h

10/março - Zuzu Angel

(Direção: Sérgio Rezende. Ficção, 110 min, 2006)

Classificação indicativa: 14 anos

17/março - Antônia - O Filme

(Direção: Tata Amaral. Ficção, 90 min, 2006)

24/março - O Céu de Suely

(Dir.: Karim Ainouz. Ficção, 88 min, 2006)

Classificação indicativa: 16 anos

Cultura

Teatro recebe o premiado Donana. Quinta tem sessão extra para aposentados

O Teatro dos Bancários recebe nos próximos dias 29 de fevereiro e 1º e 2 de março o premiado espetáculo Donana. Escrito, dirigido e interpretado por Ronaldo Ciambroni - conhecido nacionalmente por participações no programa "A Praça É Nossa (SBT), onde interpreta o papel da velha da praça - Donana está há 30 anos em cartaz e é o espetáculo nacional mais premiado dentro e fora do país. Na peça, Ronaldo contracenava com a atriz da TV Globo Patrícia Rinaldi.

Dentre as dezenas de prêmios, destaque para o recebido em 1997, quando foi eleito na Europa como um dos dez espetáculos mais importantes do século, sendo o único representante do Brasil.

Durante o espetáculo de uma hora de duração, Ciambroni leva o público do riso às lágrimas, com final surpreendente através de uma mensagem de reflexão sobre a vida e suas escolhas. De fato, a peça aborda um problema social, ao falar da vida de uma anciã septuagenária, mostrando a situação de marginalização a que são submetidos os idosos na sociedade.

Homenagem ao idoso

Em homenagem ao Dia do Idoso (comemorado em 27 de fevereiro), o Sindicato oferece aos bancários aposentados sindicalizados na quinta-feira 28 uma apresentação extra do espetáculo Donana.

O espetáculo será às 20h e será precedido por coquetel no foyer do Teatro. "O Sindicato quer prestigiar este importante segmento da categoria bancária que são os aposentados, que tanto contribuíram para a construção da entidade e para a obtenção de avanços e conquistas de que usufruímos todos", explicou Marlene Dias, diretora da Fetec/CN e bancária aposentada da Caixa. Os interessados devem retirar o ingresso na bilheteria do Teatro.



Donana

Com Ronaldo Ciambroni e Patrícia Rinaldi. Dias 28 (sessão extra para os aposentados), 29/02, 1º e 02/03 (sexta e sábado às 21h; domingo, 20h). Teatro dos Bancários (EQS 314/315 - Bloco A). Meia R\$ 30,00 (bancários sindicalizados, estudantes, idosos ou doadores de 2 kg de alimentos). Informações pelos números 3346-9090 e 9219-6102.

Jorge Macarrão lança CD Malaika dia 29 no Sexta Básica

O Sexta Básica traz aos bancários no próximo dia 29 a Banda Malaika e o seu ritmo regional eclético contagiante, com pitadas de influências afro-latinas. O Sexta Básica terá início às 18h, no Setor Bancário Sul, com a apresentação da banda brasileira de reggae Alínea II.

Dona de um estilo próprio, a banda Alínea II vem trilhando

o mesmo caminho de bandas brasileiras consagradas nacionalmente como Legião Urbana, Capital Inicial e Paralamas do Sucesso. Recentemente lançou o seu segundo CD (O Sábio e o Maluco), classificado pelos componentes como "o mais puro reggae brasuca", trazendo uma faixa em homenagem a Raul Seixas. Para saber mais sobre a banda, acesse www.alinea11.com.br.

Já a Malaika, dentro de um regionalismo bastante eclético, traz um repertório que cobre todo o Brasil, de norte a sul: da Congada mineira até o Boi do Maranhão, passando pelo Ilexá baiano e o Maracatu de Pernambuco; interpretando autores/compositores como Clodo Ferreira, Ari Barroso, Guilherme Coimbra, Zeca Baleiro, Rodrigo Vivar, Márcio



Bomfim e Josias Sobrinho, entre outros.

A banda é composta pelos músicos Daniel Sobreira (violão), Jorge Macarrão (percussão), Lila Chrispim (voz) e Silvana Mafra (voz) e conta, ainda, com a participação especialíssima dos músicos Carlinhos "Sanfona" (acordeão) e Hamilton Pinheiro (baixo).